



Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Área Especializada - Pedagogo

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas e a folha de texto definitivo da redação;
 - esse caderno de prova contendo **50** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E) e o tema da redação;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e de elaboração do texto definitivo da redação.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorrida **uma hora** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala, a folha de texto definitivo da redação e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **20/10/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **21/10/2014** até as 23h59 do dia **22/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1 – Um Brasil livre de preconceito

Ideli Salvatti – *O Globo*, 4/09/2014

As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje. Mas nem sempre foi assim. Muitos dos direitos hoje considerados universais somente foram conquistados após muito esforço e muita luta. Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934.

Atualmente, podemos dizer que o Brasil elevou os direitos políticos, civis, econômicos e culturais a patamares inéditos, avançando rapidamente na realização progressiva deles. E assim surge o desafio de avançarmos nos chamados direitos de quarta geração, que englobam os direitos das mulheres, dos negros e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), entre outros.

1

Infere-se da leitura do texto 1 que:

- (A) o Brasil é o país mais atrasado, entre as democracias, no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos;
- (B) sem os direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, a vida em sociedade seria impossível;
- (C) o voto feminino no Brasil exemplifica um direito político de quarta geração, só conseguido com esforço e luta;
- (D) a sociedade mudou profundamente a partir da conquista do voto feminino no Brasil;
- (E) sem esforço e luta, os direitos fundamentais dos cidadãos estariam inscritos nas Constituições, mas sem aplicação social.

2

“As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje”.

A observação correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) a forma verbal “têm inscrito” deveria estar grafada “têm inscritos”, já que se refere a “direitos”;
- (B) a forma plural “cidadãos” poderia estar grafada “cidadões”, já que são dois os plurais possíveis;
- (C) o termo “em suas Constituições” poderia aparecer entre vírgulas, já que se trata de um adjunto adverbial deslocado;
- (D) após o termo “culturais” deveria ser colocada uma vírgula, pois aí se encerra uma enumeração;
- (E) a forma verbal “conhecemos” é inadequada ao contexto e deveria ser substituída pela forma passiva “é conhecida”.

3

“Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934”.

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo “só” é considerado um modalizador e expressa uma opinião do autor do texto; tal opinião pode ser verbalizada do seguinte modo:

- (A) o voto feminino foi garantido em lei de forma isolada, sem que outros direitos o acompanhassem;
- (B) o voto feminino no Brasil foi garantido em lei em função das lutas travadas pelas mulheres no início do século;
- (C) o voto feminino, apesar de exercido politicamente, foi incluído com atraso entre os direitos fundamentais dos cidadãos;
- (D) o voto feminino foi inserido na nossa Constituição após outras nações já o terem garantido;
- (E) o voto feminino é uma prova da atual elevação de nossos direitos políticos, civis, econômicos e culturais.

4

O segundo parágrafo do texto 1 mostra de forma positiva a conquista de novos direitos considerados fundamentais; a forma linguística de valorização só NÃO inclui:

- (A) o emprego do verbo “elevar” em relação aos direitos políticos;
- (B) a utilização do verbo “avançar” em referência à realização dos direitos citados;
- (C) o uso do adjetivo “progressiva”, considerando os direitos como uma demonstração de progresso;
- (D) a designação de “quarta geração” para os novos direitos, empregando expressão da área tecnológica;
- (E) a indicação de que os novos direitos são um desafio a ser superado pela sociedade.

Texto 2 – Política lucrativa

José Casado, *O Globo*, 26/08/2014

Um dos melhores negócios do mercado brasileiro é ser dono de partido político. Convive-se com 32 deles, dos quais duas dezenas têm bancadas no Congresso. Na essência, diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se transformaram num “agregado de pessoas que querem um pedacinho do orçamento”.

Partido político se tornou ativo financeiro de alto retorno, sem risco e com recursos públicos garantidos por lei, elaborada e votada pelos próprios interessados.

5

Por tratar do partido político como negócio, o texto 2 se apropria de um grupo de vocábulos do jargão econômico; são prova disso:

- (A) agregado / orçamento;
- (B) ativo / retorno;
- (C) risco / lei;
- (D) mercado / partido;
- (E) bancadas / Congresso.

6

Segundo o texto 2, entre os meios de transformar a formação de partidos políticos em negócio lucrativo está a estratégia de:

- (A) pertencer ao partido da maioria no Congresso;
- (B) estabelecer ligações políticas de interesse;
- (C) votar leis que aumentem as dotações orçamentárias;
- (D) eleger poucos representantes para a bancada;
- (E) legislar em causa própria.

Texto 3 – Maravilha!

Veríssimo, *O Globo*, 31/8/2014

Pode-se parafrasear Winston Churchill e dizer da democracia o mesmo que se diz da velhice, que, por mais lamentável que seja, é melhor do que sua alternativa. A única alternativa para a velhice é a morte. Já as alternativas para a democracia são várias, uma pior do que a outra. É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa. Resista.

7

Tendo em vista o conteúdo do texto 3, o título dado ao texto deve referir-se:

- (A) à brilhante frase de Winston Churchill;
- (B) à paráfrase de Veríssimo da frase de Churchill;
- (C) ao regime democrático, como o menos ruim de todos;
- (D) à velhice, cuja alternativa é a morte;
- (E) à propaganda eleitoral, que irrita os telespectadores.

8

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

O segmento abaixo que corresponde corretamente a uma oração desse período do texto 3 é:

- (A) É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político.
- (B) Quando sua irritação com a propaganda.
- (C) Pode levá-lo.
- (D) Levá-lo a preferir outra coisa.
- (E) A preferir outra coisa.

9

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

Nesse segmento do texto 3, a forma “a preferir” pode ser adequadamente substituída por outra forma oracional, que é:

- (A) à preferência de outra coisa;
- (B) a que você preferisse outra coisa;
- (C) a ser preferida outra coisa;
- (D) a que você prefira outra coisa;
- (E) a ter de ser preferida outra coisa.

Texto 4 – Uma ideia simples

Elio Gaspari, *Folha de São Paulo*, 27/8/2014

Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade. Entre os chavões mais batidos vem sempre a reforma tributária, tema complexo, chato mesmo, acaba sempre em parolagem. Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados. Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas. Aqui vai uma contribuição, que foi trazida pelo Instituto Endeavor. Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês). É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.

10

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) narrativo-dissertativo;
- (B) dissertativo-expositivo;
- (C) dissertativo-argumentativo;
- (D) descritivo-narrativo;
- (E) descritivo-dissertativo.

11

“Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade”. Essa informação inicial do texto 4:

- (A) mostra a preocupação dominante na ideologia dos candidatos;
- (B) indica certa ironia, já que as palavras e os atos contrariam essa observação;
- (C) demonstra o caminho do raciocínio político que levou à construção do Simples;
- (D) comprova a mesmice de uma campanha, que só aborda a situação econômica do país;
- (E) denuncia a fraqueza ideológica dos candidatos.

12

(1) “Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados.”

(2) “Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês).”

(3) “É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.”

Nesses segmentos do texto 4 ocorre a presença do vocábulo SE; quanto à classificação desse vocábulo nos três segmentos, pode-se afirmar corretamente que possuem:

- (A) a mesma classe em 1, 2 e 3;
- (B) diferentes classes em 1, 2 e 3;
- (C) a mesma classe em 1 e 2;
- (D) a mesma classe em 1 e 3;
- (E) a mesma classe em 2 e 3.

13

Sobre a variedade de linguagem mostrada no texto 4, afirma-se corretamente que ela pertence à linguagem:

- (A) formal, com exemplos de coloquialismo;
- (B) informal, com inserções de gíria;
- (C) regional, com traços de formalidade;
- (D) popular, com falhas gramaticais;
- (E) culta, com marcas de erudição.

14

“Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas”. Essa frase do texto 4:

- (A) elogia a preocupação legal da sociedade brasileira;
- (B) destaca a impossibilidade de conhecerem-se todas as leis;
- (C) mostra a necessidade de atualização do código legal;
- (D) exemplifica um caso de progresso social;
- (E) critica o excesso inútil de legislação.

15

A frase no texto 4 “que foi trazida pelo instituto Endeavor” equivale, na voz ativa, a:

- (A) que o instituto Endeavor traz;
- (B) que o instituto Endeavor trouxe;
- (C) trazida pelo instituto Endeavor;
- (D) que é trazida pelo instituto Endeavor;
- (E) que traz o instituto Endeavor.

Geo-História de Goiás

16

“Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente do Brasil em caráter provisório”. (SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra. RJ, p. 21)

A Revolução de 1930 mudou inteiramente o processo histórico brasileiro, fazendo ruir as estruturas da chamada “República Velha” ou “Primeira República” no país e deu início a uma nova etapa histórica para o estado de Goiás, na medida em que:

- (A) novas classes políticas assumiram o comando do estado, com novas prioridades, como a higienização e o progresso, alinhadas com a política desenvolvimentista nacional;
- (B) a oligarquia goiana se manteve no poder estadual, porém implementou um modelo desenvolvimentista com o objetivo de inserir o estado de Goiás no mercado internacional;
- (C) após a Revolução de 30, a economia goiana sofreu importantes mudanças, sendo a base agrária gradativamente substituída pelo processo de industrialização;
- (D) a nova elite política goiana, na perspectiva de modernizar o estado a partir de 1930, realizou investimentos prioritários nos municípios menores;
- (E) a aliança entre a burguesia e a elite rural goiana foi refletida na priorização dos investimentos em educação para qualificação de mão de obra no pós-1930.

17

O cerrado contém extensas áreas em condições geoambientais favoráveis à agricultura intensiva e à pecuária, sendo esta historicamente extensiva e dominante espacialmente. Nos anos 60 e 70 do século passado, por essa e outras razões de natureza geopolítica, o cerrado foi alvo de expansão da nova fronteira agrícola, baseada na modernização da agricultura (...) (GOMES, H. e TEIXEIRA NETO, A. Geografia Goiás-Tocantins. Goiânia: UFG, 1993.)

Entre as condições geoambientais do cerrado que favoreceram a expansão da fronteira agrícola, destaca-se:

- (A) a presença do solo de terra roxa, cuja baixa aptidão agrícola foi superada pelo uso de corretivos, que viabilizaram o plantio de grãos;
- (B) o clima tropical estacional quente e semiárido que predomina na região, no qual a baixa precipitação favorece o cultivo de cana;
- (C) a extensa presença de solos hidromórficos que, ao facilitarem o manejo e a mecanização, favoreceram a expansão da agricultura moderna;
- (D) a vegetação característica, de floresta latifoliada densa, que é responsável pela fertilidade do solo através da formação da serapilheira;
- (E) a predominância de latossolos que, apesar da baixa fertilidade, com a aplicação de corretivos e fertilizantes, apresentam boa capacidade de produção.

18

“O Estado de Goiás apresentou elevadas taxas de urbanização e a população urbana, que correspondia a 68% da população total em 1980, passou para 81% em 1991, atingindo 86% em 1996, taxa bastante superior à brasileira para o mesmo ano, que era de 78%.

Segundo dados relativos aos períodos compreendidos entre 1980 e 1991 e 1991 e 1996, o crescimento populacional em Goiás também foi superior ao do país, com taxas de 2,33% e 2,40% ao ano, respectivamente, embora haja grandes diferenças entre suas cinco mesorregiões.” (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>)

O processo de urbanização em Goiás nas últimas décadas foi caracterizado por:

- (A) alterar a hierarquia e a estrutura urbana, ao originar muitos centros regionais, espalhados por todo o estado de Goiás;
- (B) diferenciar-se das décadas anteriores, ao estar desvinculado da dinâmica das atividades agropecuárias modernas;
- (C) originar municípios de grande porte, sendo Goiânia, Anápolis e Lusitânia exemplos com mais de 1 milhão de habitantes;
- (D) apresentar as mais baixas taxas na mesorregião Leste Goiano, em função da ausência de importantes centros urbanos na região;
- (E) promover o crescimento dos problemas sociais de Goiânia, muitos gerados nos municípios vizinhos, dada a polarização exercida pela capital.

19

O Regime Militar brasileiro (1964/1985) produziu em Goiás uma modernização conservadora que se evidencia na:

- (A) formação de diversos polos industriais em todo o Estado, através de investimentos do governo de Irapuan Costa Jr., entre 1975 e 1978;
- (B) expansão do sistema agrícola moderno na região, favorecido com a criação da EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária);
- (C) modernização dos sindicatos rurais, estimulados pelo governo na administração de Meira Matos, entre 1964 e 1965;
- (D) realização de uma reforma agrária com vistas à expansão das pequenas propriedades durante a administração de Otávio Lage (1966/1970);
- (E) predominância da base agrária de subsistência voltada para o mercado interno, sem investimentos do governo de Irapuan Costa Jr. (1975/1978).

20



(Fonte: www.seplan.go.gov.br)

O Projeto Plataforma Logística Multimodal de Goiás constitui uma rede de facilidades com o objetivo de promover, com maior agilidade, eficiência e menor custo, a movimentação de materiais, produtos e a prestação de serviços relacionados com seus objetivos. Com relação ao projeto, analise as afirmativas a seguir:

I – A Plataforma Logística Multimodal de Goiás está localizada em uma das principais cidades industriais e importante centro logístico do Centro-Oeste brasileiro.

II – A interligação dos modais aeroviário, rodoviário e ferroviário vai permitir um sistema de distribuição tanto rápido quanto eficiente de mercadorias para os mais diversos centros.

III – A localização da plataforma na cidade de Anápolis é favorecida pela presença de mão de obra qualificada, em função de ser o maior centro universitário do estado de Goiás.

Assinale se:

- (A) somente I estiver correta;
- (B) somente II estiver correta;
- (C) somente III estiver correta;
- (D) somente I e II estiverem corretas;
- (E) I, II e III estiverem corretas.

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

21

Maria, desconfiada de que seu esposo Antônio a estava traindo, resolveu grampear o celular de seu cônjuge, com fito de interceptar suas comunicações telefônicas, gravando inclusive. Dessa forma, Maria conseguiu comprovar a traição, inclusive, uma ardente conversa de amor entre Antônio e sua amante. Sob o prisma das garantias fundamentais previstas no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a conduta de Maria ao proceder diretamente à interceptação telefônica está:

- (A) correta, pois agiu em defesa de sua honra e de sua família;
- (B) correta, desde que junte ao processo judicial de divórcio o inteiro teor das comunicações telefônicas gravadas;
- (C) errada, pois as comunicações telefônicas são sempre invioláveis;
- (D) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem administrativa, legislativa ou judicial, para fins de instrução processual;
- (E) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

22

A Constituição da República de 1988 estabelece algumas garantias aos juízes, como a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após:

- (A) um ano de exercício;
- (B) dois anos de exercício;
- (C) três anos de exercício;
- (D) quatro anos de exercício;
- (E) cinco anos de exercício.

23

A Constituição da República de 1988, em seu Art. 37, *caput*, prevê princípios expressos da administração pública. Dentre eles, o princípio que objetiva, por um lado, a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica e, por outro lado, a vedação de favorecimento de alguns indivíduos em detrimento de outros, visando ao interesse público, é chamado princípio da:

- (A) isonomia;
- (B) moralidade;
- (C) impessoalidade;
- (D) finalidade;
- (E) eficiência.

24

Joana, professora da rede estadual ocupante de cargo efetivo, requereu ao Secretário de Estado de Educação licença para aprimoramento profissional de professor. Seu pleito foi indeferido ao argumento de carência de professor efetivo na rede estadual, para evitar danos ao interesse público por prejuízo ao regular prosseguimento das aulas. O poder administrativo conferido ao Administrador para aferir a oportunidade e conveniência na análise do requerimento de Joana chama-se poder:

- (A) de polícia;
- (B) discricionário;
- (C) hierárquico;
- (D) regulador;
- (E) disciplinar.

25

De acordo com a Lei Estadual nº 17.663/12, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, o cargo de Analista Judiciário - Área Especializada compreende:

- (A) os serviços realizados por bacharéis em Direito, abrangendo o processamento e distribuição de feitos, conforme sua natureza, a realização de partilha, a execução de mandados e avaliação;
- (B) os serviços de nível superior, realizados nas escriturarias judiciárias de 1º Grau e nas unidades judiciárias de 2º Grau, bem como nas áreas administrativas, de modo a impulsionar os feitos judiciais e administrativos;
- (C) os serviços relacionados com gestão de pessoas, material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno e auditoria e outras atividades complementares de apoio administrativo no âmbito do Poder Judiciário;
- (D) a execução de atividades de nível superior para as quais se exige dos titulares dos cargos o devido registro nos órgãos fiscalizadores do exercício de profissões ou o domínio de habilidades específicas, definidas em regulamento próprio;
- (E) a análise e a pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como a elaboração de minutas de despachos, decisões, sentenças, votos e pareceres jurídicos.

Conhecimentos Específicos**26**

PARO, em sua obra denominada *Administração escolar: introdução crítica* (2012), ao discutir a especificidade da administração escolar, relata: "...a escola assume um papel efetivamente revolucionário à medida que consiga levar as massas trabalhadoras a se apropriarem do saber historicamente acumulado e a desenvolverem a consciência crítica da realidade em que se encontram."

Ainda segundo o autor, um dos principais impedimentos para que a escola consiga empreender o papel acima descrito seria:

- (A) a subordinação às diretrizes educacionais comumente constituídas à revelia das reais demandas escolares, que faz com que a escola termine por exercer um papel eminentemente inovador nas suas práticas educacionais cotidianas;
- (B) o negligenciamento, no processo prático, de tais objetivos, ficando estes restritos ao plano do discurso, e sendo substituídos por conteúdos vinculados aos interesses dominantes e desprovidos de utilidade prática para a população;
- (C) a conscientização da escola em relação aos problemas sociais, fortalecendo-a como instrumento de mobilização e formação crítica;
- (D) a baixa capacidade crítica dos alunos que adentram os bancos escolares em função de um histórico processo de desestimulação da leitura, fortemente influenciado pelo avanço tecnológico vigente na sociedade contemporânea;
- (E) o alto índice de descompromisso dos profissionais da educação em função das baixas remunerações, falta de políticas de incentivo à formação continuada e crescente avanço da política de aprovação automática vigente nas escolas brasileiras.

27

Segundo NÓVOA, em *As organizações escolares em análise* (1992), no que concerne às características organizacionais das escolas, "o funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos". Ainda segundo o autor, a Estrutura Social da Escola constitui-se como uma das grandes áreas sobre as quais se centram os estudos das organizações escolares.

Um dos elementos constitutivos dessa área seria:

- (A) a relação com as autoridades locais;
- (B) a organização do espaço escolar;
- (C) a estrutura curricular;
- (D) a cultura organizacional;
- (E) os processos avaliativos.

28

Do ponto de vista psicológico, falar de aprendizagem significativa equivale a pôr o processo de construção de significados como elemento central do processo de ensino aprendizagem.

Em termos piagetianos, podemos dizer que construímos significados integrando ou assimilando o novo material de aprendizagem aos esquemas que já possuímos de compreensão da realidade. O que empresta um significado ao material de aprendizagem é precisamente um dos elementos estruturais do Processo de Equilibração Majorante na Teoria Piagetiana. Trata-se da:

- (A) acomodação;
- (B) estabilização;
- (C) assimilação;
- (D) equilíbrio;
- (E) significação.

29

Piaget afirma que toda desequilíbrio constitui condição necessária da aprendizagem. Uma das formas fundamentais que propiciaria tal fenômeno seria:

- (A) a necessidade de ser novo o objeto sobre o qual se intervém;
- (B) o não ineditismo do objeto sobre o qual se intervém;
- (C) a alteração do contexto do objeto sobre o qual se intervém;
- (D) a dissociação entre a desequilíbrio e o objeto em foco;
- (E) a não atuação do educador no contexto no qual o objeto se encontra inserido.

30

O processo educativo guarda íntima relação com os processos perceptivos de um indivíduo. De acordo com LÚRIA, “a percepção depende de práticas humanas historicamente estabelecidas que podem, não só alterar os sistemas de codificação usados no processamento da informação, mas também influenciar a decisão de situar os objetos percebidos em categorias apropriadas.”

Sendo assim, o autor trata o processo perceptivo como similar ao pensamento:

- (A) hipotético;
- (B) genealógico;
- (C) derivativo;
- (D) gráfico;
- (E) indutivo.

31

– “Os trabalhos de Vygotsky constituem uma rica fonte de ideias para reconciliar o estudo das experiências culturais com o desenvolvimento cognitivo.” (COLE apud FREITAS. O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil, 1984).

Nesse sentido, podemos pensar numa inequívoca aproximação entre os pensamentos de Vygotsky e Bakhtin, em relação à prática pedagógica, na medida em que:

- (A) toda ação pedagógica pressupõe a compreensão do significado social presente em cada contexto no qual ela ocorre;
- (B) o processo de aprendizagem se ancora em processos sinápticos decorrentes dos delineamentos volitivos dos meios nos quais os sujeitos estão inseridos;
- (C) as fases do desenvolvimento pelas quais uma criança passa são diretamente interligadas aos fatores endógenos que propiciarão a sua ocorrência;
- (D) a Zona de Desenvolvimento Proximal constitui-se como o estágio atual de desenvolvimento daquele indivíduo;
- (E) o estágio das operações formais, quarto e último estágio do desenvolvimento, se caracteriza pelo nascimento da condição da mediação simbólica na criança.

32

Segundo Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido, 1994), “O que não se pode realizar, na práxis revolucionária, é a divisão absurda entre a práxis de liderança e a das massas oprimidas, de forma que, a estas, se restringisse a seguir as determinações da liderança”.

De acordo com essa passagem, Freire enfatiza que:

- (A) a dialética acima descrita é condição fundamental para o restabelecimento do poder nas mãos do povo e a construção, por parte deste, de uma escola que atenda às suas demandas mais prementes;
- (B) essa dicotomia existe, como condição necessária, na situação de dominação, em que a elite dominadora prescreve e os dominados seguem as prescrições;
- (C) a dialética apresentada torna-se a condição que impossibilita a formação crítica nas escolas brasileiras e o consequente fenômeno de exclusão em massa;
- (D) é justamente essa dicotomia que cria as melhores condições para a ascensão do proletariado ao poder e a reconstrução de uma sociedade como novas bases políticas;
- (E) o antagonismo constitutivo das sociedades modernas, fomentado pelos regimes disciplinares e antidemocráticos depende diretamente dos processos políticos aos quais elas estão sujeitas.

33

No que diz respeito a levar em conta as contribuições dos alunos no transcurso das atividades escolares, ZABALA (A prática educativa, 2008) alerta para a necessidade de se estabelecerem vínculos entre os novos conteúdos e tais conhecimentos prévios que chegam com os alunos. Dessa forma, o autor enfatiza que:

- (A) é necessário uma anamnese individual, precisa e detalhada com os alunos de forma a uma máxima identificação desses conhecimentos pretéritos;
- (B) se faça um levantamento prévio, já na chegada desses alunos na escola, de um perfil sociocultural e de conhecimentos, de forma a um planejamento de curso já consonante com o perfil de cada turma;
- (C) os professores, embora devam seguir uma metodologia unificada de ensino para todos os alunos, devem considerar as realidades educacionais e diversificadas de cada aluno no seu processo avaliativo, que deve ser um processo individualizado;
- (D) é necessário gerar um ambiente que possibilite que os alunos se abram, façam perguntas e comentem o processo que seguem;
- (E) as turmas sejam configuradas de acordo com o perfil evolutivo de cada aluno, considerando seu atual nível de aprendizado e conhecimentos adquiridos.

34

Segundo DRUCKER (Administrando para o futuro, 2010), “o requisito determinante de um líder é ganhar confiança e a liderança eficaz não se baseia necessariamente em ser inteligente, mas sim consistente.”

De acordo com o autor, pode-se depreender que:

- (A) é fundamental que um líder capacite-se intelectualmente para o exercício de uma liderança consistente;
- (B) é necessária uma visão de liderança como responsabilidade e como reconhecimento grupal e não como posição ou privilégio;
- (C) o líder que emerge do grupo garante a consistência de suas práticas e de seu reconhecimento;
- (D) a forma como as atitudes e ações de um líder são interpretadas não exercem influência na execução das tarefas propostas;
- (E) a sociedade pós moderna prescinde de lideranças na medida em que os processos de democratização destituem a necessidade de uma figura central de poder.

35

Concebendo a ética como um fator pedagógico de socialização entre os alunos, Paulo Freire contribui: “A educação é possível para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado”.

Assim, na ótica freireana, a inclusão da ética na educação:

- (A) permite aos alunos, desde seus primeiros anos de vida escolar, compreenderem melhor os parâmetros consensuados socialmente para uma vida social possível;
- (B) consiste na explicitação dos paradigmas históricos constitutivos do percurso sociocultural desses alunos;
- (C) significa a eleição de princípios metodológicos que fundamentalmente afirmam o reconhecimento do outro e, com isto, o crescimento existencial de todos os sujeitos;
- (D) permite a difusão de novos parâmetros que possibilitem às grandes massas do proletariado ascenderem a uma condição de questionamento e de poder;
- (E) propicia um clima escolar harmônico, sendo este o principal papel da ética nos currículos escolares.

36

De acordo com MORIN (2003), em relação ao desenvolvimento do saber, “A visão mutiladora e unidimensional paga-se cruelmente nos fenômenos humanos: a mutilação corta a carne, deita sangue e espalha sofrimento”.

O pensador francês, com isso, afirma o paradigma conhecido como o da:

- (A) alteridade;
- (B) dialeticidade;
- (C) complementaridade;
- (D) heterogeneidade;
- (E) complexidade.

37

Numa perspectiva crítica sobre o fracasso escolar na educação, Patto destaca que “Na escola tudo conspira para que professores e alunos vivam situações diárias de descontentamento”.

Nesse sentido, um olhar acurado sobre o fenômeno em questão nos possibilita:

- (A) compreender que os processos e possibilidades de reflexão neste contexto não são imunes a como eles se constituem;
- (B) imaginar que os processos de ensino e aprendizagem se abstêm dessas vicissitudes e seguem dinâmicas independentes;
- (C) visualizar que os contextos perniciosos são propositadamente comprometedores dos processos em questão;
- (D) depreender que o descontentamento discente na escola é fruto de um *modus operandis* docente;
- (E) associar que o ambiente discente, por extensão, se propaga para as ações docentes na medida em que os alunos se desestimulam com o ambiente escolar desinteressante.

38

Hoje em dia, não há dúvidas de que a educação escolar no Brasil é vista como essencial e indispensável. A própria Constituição da República Federativa do Brasil (1988) elege a Educação como um dos direitos do indivíduo, que é, ainda, enfatizado por outras leis e políticas governamentais e de Estado.

O surgimento de diversas modalidades de ensino durante o século XX é um exemplo de como a educação escolar vem se tornando cada vez mais acessível a todos.

A Educação de Jovens e Adultos é um exemplo claro desse fenômeno, na medida em que busca:

- (A) dar acesso ao jovem de baixa renda à escola;
- (B) combater a evasão escolar e o abandono na educação básica;
- (C) reparar a violação de um direito que foi negado ao indivíduo;
- (D) estender o tempo de escolaridade dos alunos desfavorecidos;
- (E) atender o excesso de matrículas do ensino regular.

39

Demerval Saviani defende a instituição de uma educação revolucionária (nos termos gramscianos) que busque desenvolver no indivíduo uma consciência filosófica.

Em suas palavras:

“Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada.”

Por muitas vezes, o processo de ensino-aprendizagem nas escolas trabalha com uma concepção de conhecimento muito próxima à que o autor descreve como sendo tipicamente do senso comum.

Uma perspectiva pedagógica que se aproxima mais da proposta de educação de Saviani é:

- (A) a intradisciplinaridade, que favorece a criação de diferentes áreas de especialização dentro das disciplinas científicas;
- (B) a freudiana, guiada pelas pulsões e as relações afetivas que se manifestam no cotidiano escolar;
- (C) a interdisciplinaridade, que busca juntar em um mesmo ambiente conhecimentos e práticas específicos das diferentes disciplinas escolares;
- (D) a transdisciplinaridade, na qual o corpo docente se articula na construção de um conhecimento e de uma prática que transcende as individualidades de cada disciplina;
- (E) a behaviorista, que acredita que o conhecimento se adquire através de estímulos a experiências vividas.

40

Apesar do crescimento nacional da oferta de educação a distância, essa modalidade de ensino tem sido alvo de fortes críticas por parte de diversos profissionais da educação. Uma das críticas mais recorrentes é a da falta de condições materiais e estruturais nas redes de ensino para que se mantenha uma educação de qualidade.

Apesar dos protestos, essa modalidade de ensino tem sido desenvolvida por diversas políticas públicas por sua capacidade de levar a oferta das diferentes modalidades e níveis de ensino às pessoas em áreas isoladas e de difícil acesso. Nesse sentido, a educação a distância tem encontrado cada vez mais estímulos, sob a bandeira da democratização do ensino.

O Decreto nº 5.622 de 2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), é um exemplo dessa tendência, na medida em que institui:

- (A) que todos os diplomas certificados em cursos dessa modalidade por instituições credenciadas e registradas têm validade nacional;
- (B) que pelo menos 15% das matrículas na educação pública de nível básico deve ser ofertada pelas redes na modalidade de educação a distância;
- (C) que cursos dessa modalidade podem se estruturar com 100% de suas carga horária a distância, inclusive no que diz respeito à avaliação do aluno;
- (D) a educação a distância como modalidade oficial para todos os níveis e modalidades de ensino, com a exceção da educação especial;
- (E) a educação a distância como modalidade oficial para todos os níveis e modalidades de ensino, com a exceção da educação profissional.

41

Para muitos pensadores contemporâneos, a Educação e o Trabalho são ações humanas indissociáveis, na medida em que, historicamente, é através do trabalho que o homem educa-se a si mesmo. Para Saviani, por exemplo, é através do trabalho que “o homem forma-se homem”. Assim, o trabalho se constitui como o ato humano que melhor nos caracteriza e mais nos diferencia dos outros animais.

A educação escolar surge como um direito exclusivo de alguns que não precisavam trabalhar para garantir a sua própria sobrevivência, na medida em que possuíam servos, escravos, súditos ou operários que os sustentavam com seus trabalhos.

Entretanto, após as Revoluções Industriais, começaram a surgir em crescente escala escolas voltadas às massas de trabalhadores. Esta educação escolar, no entanto, em muito se diferenciava de sua predecessora, que se voltava às elites, na medida em que:

- (A) passou a desassociar a Educação do Trabalho, eliminando a causalidade entre os dois processos sociais;
- (B) buscava uma democratização da sociedade e uma maior distribuição de suas riquezas;
- (C) tinha como objetivo a formação de um operário revolucionário e consciente de seus direitos de classe;
- (D) era uma educação escolar orientada e dirigida pelo povo e, por tanto, se ocupava sobretudo com o desenvolvimento da cultura popular;
- (E) buscava responder às novas demandas da indústria por formação de mão de obra.

42

Sem dúvida, a educação nacional é campo de grandes disputas e alvo constante de análises e reflexões. Nas últimas décadas, diversas novas políticas, decretos e parcerias foram concebidas pelas diferentes esferas do poder público, pela sociedade civil e pelos órgãos internacionais e multinacionais.

Entretanto, a simples promulgação de uma nova lei ou a implementação de políticas públicas de ampla escala não garantem, por si só, mudanças significativas no cenário educacional brasileiro.

Para tal, é essencial que haja, em cada uma das diferentes redes de ensino e cada escola, uma compreensão e um comprometimento com o que se planeja nos diferentes níveis de articulação da educação nacional. Portanto, faz-se imprescindível a participação ativa dessas instituições na discussão e elaboração de políticas educacionais.

Quando não há essa prerrogativa, as políticas nacionais para o ensino não se enraizam nas escolas, o que se deve à:

- (A) independência da escola frente às políticas e diretrizes nacionais, que, por muitas vezes, não condizem com a realidade da escola e de seus alunos;
- (B) inexistência de uma real reflexão e posicionamento crítico e consistente do Projeto Político Pedagógico das escolas frente as políticas públicas;
- (C) independência das redes de ensino em relação às políticas e diretrizes nacionais, que, por muitas vezes, entram em conflito dada a existência de perspectivas políticas antagônicas;
- (D) volatilidade desses decretos e parcerias, que se desfazem após a vigência dos mandatos políticos ou da existência de crises financeiras;
- (E) descentralização do ensino no Brasil, que impossibilita reformas curriculares em escala nacional, devido à impotência da união frente às outras dimensões da esfera pública.

43

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1997 constituem um conjunto de diretrizes norteadoras para a elaboração do currículo escolar. O documento foi elaborado pelo Ministério da Educação e reúne em seu corpo orientações fundamentadas sobretudo por pesquisas e produções na área de Educação. Os PCNs se dirigem a professores, gestores e ao corpo pedagógico do ensino fundamental, preocupado em assegurar a qualidade de ensino nessa etapa da educação básica.

Uma de suas diretrizes é a adoção:

- (A) do tempo escolar organizado em ciclos;
- (B) de sistemas avaliativos externos à escola;
- (C) da jornada escolar de tempo integral;
- (D) de classes multisseriadas;
- (E) da gestão democrática da escola.

44

Para muitas perspectivas, sobretudo para o senso comum, a escola é um espaço de democratização do conhecimento e ascensão social das camadas sociais mais carentes. Entretanto, para pensadores como Bourdieu, não é isso que a escola vem propiciando, desde sua origem.

Para o autor, com a entrada dos menos abastados na escola, o que se fez foi substituir a eliminação clara e evidente dessa camada social logo no início da escolarização, por uma eliminação suave e diluída desses jovens ao longo desse processo. Dessa forma, criam-se no cenário escolar diversas mecânicas, como classes de aceleração ou a aprovação com dependência em disciplina para maquiagem a exclusão desses jovens.

Como consequência desse processo, vemos alunos saindo da escola com uma grande defasagem idade/série e, quando se formam, com diplomas socialmente desvalorizados. Dessa forma, para Bourdieu, essa escola “para todos” é ainda mais perversa do que seu modelo anterior, na medida em que:

- (A) exerce sobre os alunos de maior capital cultural uma forte violência simbólica, pois passam a ser minoria na escola e passam por um processo de deslegitimação de sua cultura;
- (B) nega aos alunos menos abastados a apropriação de capital cultural legítimo, preferindo educá-los a partir de valores simbólicos mais próximos de sua realidade marginalizada;
- (C) mesmo possibilitando a ascensão de classe, esse modelo de escola também dá espaço para que o processo inverso ocorra, garantindo a manutenção da desigualdade social;
- (D) oculta e legitima a exclusão desses alunos, criando a ilusão de uma oportunidade de escolarização que em realidade não existe;
- (E) põe sobre o mesmo teto alunos de diferentes camadas sociais, não criando espaços diferenciados para alunos de menor capacidade intelectual.

45

Para Vitor Henrique Paro, a administração escolar vai para muito além do mero gerenciamento dos recursos materiais da escola, configurando-se em um trabalho de construção conjunta de leitura da realidade e de efetivação de metas e objetivos necessários e desejáveis para os diferentes sujeitos que passam por esta instituição. Em suas palavras:

“Dessa forma, o que determina o caráter [...] da administração é a natureza dos objetivos que ela busca concretizar, os quais – em conjunto e como resultante das forças sociais predominantes em um determinado momento histórico, de uma dada formação econômico-social – acabam por determinar a própria forma em que se dá a atividade administrativa.” (Paro, V. H. *Administração Escolar: introdução crítica*. 17ª Ed. Cortez Editora, São Paulo. 2012. P. 206.)

Nessa medida, é essencial que a gestão da escola se guie pelas perspectivas, concepções e metas elaboradas e planejadas em conjunto pela comunidade escolar, por meio, sobretudo:

- (A) dos parâmetros curriculares adotados pela escola;
- (B) da análise dos diferentes planos de aula da escola;
- (C) do Projeto Político Pedagógico da escola;
- (D) do planejamento semestral da escola;
- (E) dos projetos adotados e produzidos pela escola.

46

Para Maria Tereza Esteban, há na avaliação escolar uma necessidade de se compatibilizar com a concepção da aprendizagem enquanto um processo permanente e marcado por continuidades, rupturas, retrocessos. Entretanto, para a autora, os processos e resultados da avaliação escolar continuam profundamente marcados pela homogeneidade e pela estagnação, o que faz da avaliação, em muitos casos, um ato de julgar o outro.

Sendo a sala de aula um espaço marcado pela diversidade de saberes e desejos, pelo movimento, pela surpresa e pela desordem, para que ou para quem serve esse modelo de avaliação? Assim, Esteban afirma a necessidade de um processo avaliativo investigativo, contínuo e que respeite a diversidade.

Em contraponto a essa perspectiva, a avaliação homogênea se caracterizaria como um:

- (A) processo contínuo e permanente, que leva em consideração a diversidade dos saberes em sala de aula;
- (B) modelo avaliativo realizado pontualmente ao longo do ano e que mantém uma relação de respeito à diversidade;
- (C) processo avaliativo contínuo, permanente e preocupado com as diferentes formas de aprendizagem entre os alunos;
- (D) modelo avaliativo marcado pela produção de resultados parciais que se unem organicamente e se complementam;
- (E) modelo avaliativo marcado pela produção de resultados parciais e passíveis apenas de conclusões provisórias.

47

A figura do supervisor escolar surge, nas diferentes redes de ensino, de formas muito variadas. O próprio nome do cargo de supervisão escolar muda bastante, por vezes, até mesmo dentro de uma mesma cidade. Não obstante, tal realidade também cria muitas perspectivas distintas sobre o qual o papel da supervisão no interior da escola.

Para Antonia Medina, o supervisor deve buscar afastar-se de uma atuação linear, hierarquizada e burocrática da supervisão, que, além de comum em nossas redes, vem sendo, já há muitos anos, questionada pelos profissionais da educação, inclusive, pelos próprios supervisores escolares.

A fim de superar essa perspectiva burocratizada do supervisor, a autora sugere uma ação de supervisão centrada na prática docente, mas sem que essa se confunda com um processo de assessoria ou consultoria ao professor. Dessa forma, tanto o supervisor quanto o corpo docente terão o mesmo objeto prioritário de trabalho: a relação de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva da supervisão escolar, o supervisor assume, sobretudo, um papel de:

- (A) regulador das práticas docentes no interior da sala de aula;
- (B) problematizador das práticas docentes no interior da sala de aula;
- (C) fiscal das práticas docentes no interior da sala de aula;
- (D) orientador das práticas docentes no interior da sala de aula;
- (E) docência, assumindo a figura de um segundo professor em classe.

48

O currículo escolar é um elemento fundamental para a discussão e elaboração de perspectivas, métodos e objetivos não apenas pedagógicos, mas, de diversas dimensões, a serem propostos pela comunidade escolar. Dessa forma, pode-se dizer que o currículo, juntamente com o Projeto Político Pedagógico da escola, são as estruturas que dão alma aos fazeres e experiências escolares.

O currículo, entretanto, não é apenas aquilo que é conscientemente planejado.

“Pode-se definir currículo oculto da escola como o conjunto de normas sociais, princípios e valores transmitidos tacitamente através do processo de escolarização. Não aparece explicitado nos planos educacionais, mas ocorre sistematicamente produzindo resultados não acadêmicos, embora igualmente significativos. Em certo sentido, representa a operacionalização - ainda que não declarada - da função social de controle que a escolarização exerce.” (VALLANCE, *apud* GIROUX, *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis, Vozes, 1986).

Dessa forma, poderia compor o que Vallence define como currículo oculto:

- (A) a regulamentação do uso obrigatório de uniformes pelo corpo discente;
- (B) a criação de disciplinas diferenciadas, como ética, religião, cultura africana, etc.;
- (C) as práticas sexistas por parte dos alunos durante as atividades escolares;
- (D) as diretrizes escolares que primam pelo exercício da tolerância e do respeito;
- (E) a criação de classes de aceleração para alunos com menor desempenho escolar.

49

O Brasil, como um país democrático, decreta em sua Constituição (1988) uma série de direitos comuns a todos os seus cidadãos. Dentre eles, podemos encontrar na área dos direitos sociais o direito à Educação, assim como podemos encontrar na lista dos direitos fundamentais o direito ao livre exercício de crenças e cultos religiosos.

Se pensarmos na Educação em seu sentido mais amplo, que transcende o cenário e as práticas escolares, a aceitação ou negação das diferentes crenças religiosas exerce um papel formativo e identitário muito importante no sujeito.

Por sua vez, criou-se uma discussão muito polêmica na área da educação escolar sobre como lidar com a temática religiosa dentro da escola pública e, supostamente, laica.

Apesar das divergentes perspectivas políticas sobre a temática, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 decreta que:

- (A) o ensino religioso é dever da família e da igreja e não se constituirá como disciplina dos horários normais das escolas públicas;
- (B) o ensino religioso não se constituirá como disciplina escolar sob nenhuma hipótese, na medida em que não existe uma formação docente oficial para essa categoria;
- (C) o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas em todas as etapas da educação básica;
- (D) o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;
- (E) o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários de contra turno das escolas públicas em todas as etapas da educação básica.

50

A educação escolar, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, é dever da família e do Estado.

Cabe ao Estado garantir, a partir da nova redação do Art. 4º da LDB instituída pela Lei nº 12.796, de 2013:

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos seis aos quatorze anos de idade;
- (B) educação infantil e ensino fundamental obrigatórios e gratuitos;
- (C) ensino fundamental e ensino médio obrigatórios e gratuitos;
- (D) educação básica obrigatória e gratuita a todos que desejarem cursá-la;
- (E) educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade.

Tema da redação:

A pedagogia é hoje um campo de ampla discussão. O conhecimento parece não despertar mais atração entre os jovens, criando-se uma “civilização do espetáculo”, nas palavras de Mário Vargas Llosa. Os pedagogos criam novos caminhos, nem sempre seguidos nas escolas e, em alguns casos, como indicado na charge acima, as medidas tomadas não são adequadas. O que pode fazer um pedagogo no cenário atual da educação brasileira? Explique seus pontos de vista, apoiando-os em argumentos convincentes, em um texto dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, redigido em língua culta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

